



Relatório e Contas 2008
Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Relatório e Contas 2008

Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Índice

5	Dados sobre a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.
7	Composição dos Órgãos Sociais
9	Relatório do Conselho de Administração
31	Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.
32	Balanço e Demonstração de Resultados
39	Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
47	Certificação Legal das Contas
49	Parecer do Fiscal Único
51	Fundo de Pensões do Banco de Portugal
52	Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas
55	Notas à Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas
65	Certificação das Contas

Dados sobre a Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. foi constituída em 3 de Junho de 1988, tendo por objecto a gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

O capital social da Sociedade é de 1.000.000 de euros.

São seus accionistas:

- O Banco de Portugal com uma participação que, a 31 de Dezembro de 2008, correspondia a 98% de capital; e
- Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

A sua Sede situa-se na Rua do Comércio, nº 148, em Lisboa.

Os seus serviços situam-se na Av. da República, nº 57, 7º, em Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2008:

- o Activo Líquido da Sociedade ascendia a 2.522.020 euros;
- o Capital Próprio da Sociedade ascendia a 2.233.396 euros;
- o valor do Fundo de Pensões fixou-se em 1.161.307.823 euros; e
- o total de Responsabilidades do Fundo de Pensões correspondia a 1.159.582.431 euros.

Composição dos Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

——— Presidente	Armando da Silva Couto
——— Secretário	Hernâni Fontoura Pires

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

——— Presidente	António Manuel Martins Pereira Marta
——— Administrador	Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
——— Administradora Delegada	Helena Maria de Almeida Martins Adegas
——— Fiscal Único	Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
——— Suplente do Fiscal Único	Rui Abel Serra Martins, R.O.C.

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Em conformidade com as normas legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas e demais documentos relativos ao exercício de 2008.

1.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal é constituído por um património autónomo e exclusivamente afecto ao cumprimento das responsabilidades, assumidas pelo Banco de Portugal, relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como aos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social. O valor do Fundo era, a 31 de Dezembro de 2008, 1.161,3 milhões de euros.

A gestão financeira do Fundo de Pensões é orientada para a conjugação de dois objectivos: limitar o risco de redução do nível de financiamento, constituído pelo rácio entre activo e responsabilidades do Fundo e, simultaneamente, maximizar a rentabilidade da carteira de activos. O primeiro daqueles dois objectivos foi preponderante em 2008, num contexto de crescente perturbação dos mercados financeiros. Assim, acentuou-se o pendor conservador da política de investimento, aproximando-se a carteira de activos do Fundo de Pensões da estrutura das responsabilidades, através dum aumento do peso das obrigações governamentais da zona euro, de longo prazo, indexadas à inflação, em detrimento do peso da componente accionista.

A ênfase dada à “cobertura” das variações potenciais das responsabilidades torna essencial a correcta estimação das mesmas. Daí que seja dada particular atenção aos pressupostos actuariais e financeiros utilizados, com destaque para o método de desconto dos “*cash flows*” projectados para o futuro, para as previsões de crescimento a longo prazo dos salários e das pensões e, por último, para as perspectivas de longevidade da população abrangida.

Neste contexto, é efectuada uma avaliação ao justo valor de mercado, não apenas dos activos do Fundo mas também das responsabilidades, utilizando-se para estas últimas uma taxa de desconto calculada com base nas taxas de juro diárias aplicadas, para os prazos relevantes, a instrumentos de muito baixo risco. Esta metodologia assenta no pressuposto de que o valor actual das responsabilidades deve representar, em cada momento, o capital que teria que ser investido em aplicações com risco reduzido, para fazer face aos pagamen-

tos futuros. Assim, a taxa de desconto é determinada com base na média das taxas de juro, no final do ano, de obrigações governamentais indexadas à inflação da zona euro para as diversas maturidades existentes no mercado, tendo em conta a estrutura por prazos das responsabilidades do Fundo de Pensões, ajustada com um “*spread*” que representa a diferença entre as taxas de juro da dívida soberana e as taxas de juro de muito baixo risco.

Em resultado da descida significativa das taxas de juro dos títulos de dívida pública da área do euro no ano de 2008, sob o efeito conjugado do abrandamento da actividade económica, do desaparecimento das tensões inflacionistas e do clima de forte aversão ao risco de crédito e preferência por dívida soberana, apurou-se uma taxa de desconto de 4,8% no final de 2008, o que representa um decréscimo de 0,35 pontos percentuais face ao fecho do exercício anterior.

É igualmente dedicada uma grande atenção aos pressupostos de crescimento futuro da massa salarial e das pensões, utilizando-se expectativas de taxas de inflação extraídas dos títulos indexados à inflação, as quais são ajustadas, no caso dos salários, de forma a incorporarem a evolução na carreira dos trabalhadores no activo. De acordo com este método, assumiu-se que, no médio e longo prazo, as taxas de actualização das pensões e de crescimento da massa salarial serão 1,764% e 2,764%, respectivamente, o que representa uma redução de 0,60 pontos percentuais face ao assumido no ano precedente.

O maior decréscimo apurado na taxa de inflação do que na taxa de desconto conduziu a um aumento na taxa de juro real, que afectou negativamente quer as responsabilidades (-0,5%) quer a rentabilidade da carteira de activos (-1,3%).

No que respeita à longevidade, procura-se incorporar uma estimativa o mais fiável possível, de forma a evitar-se o risco de subavaliação das responsabilidades. Em 2008 continuou a utilizar-se a tabela de mortalidade TV 88/90, já adoptada nos anos anteriores, e cuja aderência à realidade foi confirmada por um estudo empírico efectuado com base nos dados demográficos do Fundo de Pensões até 2006.

No contexto da política de investimento do Fundo de Pensões atrás definida, perdem relevância as medidas de rentabilidade e de risco tradicionais aplicadas na gestão isolada de activos, sendo considerados mais adequados os indicadores agregados numa óptica “activos versus responsabilidades” (A/R).

No fecho de 2008, o nível de financiamento do Fundo foi 100,1%, tendo-se registado uma rentabilidade A/R de -0,8% (a rentabilidade dos activos foi inferior em 0,8% ao decréscimo das responsabilidades).

Quadro 1 — Principais indicadores do Fundo de Pensões				
	31 / 12 / 2007		31 / 12 / 2008	
Dados Populacionais				
Activos	1689		1688	
Reformados	1728		1739	
Pensionistas	486		504	
Pressupostos Actuariais e Financeiros				
Taxa de desconto	5,15%		4,80%	
Taxa de inflação esperada de longo prazo	2,36%		1,76%	
Tábua de mortalidade	TV 88/90		TV 88/90	
Activos (milhões de € e %)				
Obrigações	946,3	80,0%	977,2	84,1%
Imobiliário	161,1	13,6%	173,8	15,0%
Acções	75,8	6,4%	10,3	0,9%
Total	1.183,3	100,0%	1.161,3	100,0%
Responsabilidades (milhões de €)	1.175,3		1.159,6	
Grau de Cobertura				
Nível de Financiamento	100,7%		100,1%	
Rentabilidade A/R	2,7%		-0,8%	
Risco A/R (VaR a 1 mês, 95% confiança)	0,53%		0,80%	

2.

ACTIVIDADE PROSEGUIDA PELA SOCIEDADE GESTORA

Com o acentuar da crise que afectou as instituições financeiras internacionais, foram reforçados os procedimentos operacionais e de controlo, nomeadamente, relacionados com a liquidação de transacções e de custódia de títulos, que permitiram mitigar os riscos operacional e de contraparte nas operações financeiras.

Neste âmbito, reformulou-se o serviço de custódia de activos financeiros, através da assinatura de novos contratos, e foi desenvolvido um conjunto de procedimentos operacionais junto de uma outra instituição financeira, que permitem a implementação de um adequado plano de continuidade de operações.

Ainda no domínio da gestão do risco operacional e na sequência do projecto de “Risk Assessment”, desenvolvido internamente, foi decidido elaborar, com recurso a consultores externos especializados nesta área, um plano de continuidade de negócio, o qual abrange todas as áreas com impacto operacional.

Manteve-se a estratégia de recrutamento de colaboradores com formação superior, que representam cerca de três quartos do total, o que permite manter uma equipa técnica muito qualificada.

O número médio de colaboradores ao longo do exercício foi de 33, menos um que em 2007, sendo maioritariamente do sexo feminino.

Através do financiamento de mestrados e cursos de pós-graduação manteve-se a política de formação técnica e científica junto das principais universidades, o que permite dotar a Sociedade Gestora de um quadro de colaboradores altamente preparado para a gestão de activos do Fundo de Pensões. Idêntica política foi prosseguida no que respeita à frequência de acções de formação especializadas.

A gestão rigorosa dos custos de funcionamento permitiu manter inalterada, face ao ano anterior, a comissão de gestão que ascendeu a 3.489 milhões de euros e que representa 0,3% dos activos sob gestão.

Os capitais próprios da Sociedade Gestora, no final do exercício, ascendiam a 2,2 milhões de euros, registando um acréscimo que corresponde à afectação a reservas da totalidade do resultado apurado no exercício anterior.

A Sociedade Gestora e o Fundo de Pensões cumpriam todos os rácios normativos aplicáveis, salientando-se o aumento da margem de solvência para 121,62% (114,3% em 2007).

3.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O ano 2008 ficou marcado pela crise global dos mercados financeiros, com origem no agravamento da crise do mercado imobiliário nos Estados Unidos, que já se vinha sentindo desde meados de 2007. As perturbações afectaram numa primeira fase os sistemas financeiros e, subsequentemente, os restantes sectores das economias em todo o mundo.

O crescimento económico mundial abrandou fortemente. Embora ainda se tenha observado taxas de crescimento anuais positivas (estimativa de 0,8% na Área do Euro), começaram a registar-se contracções em diversos países, com particular incidência no último trimestre do ano. O índice harmonizado de preços no consumidor da Área do Euro cresceu 1,6% em 2008, em termos homólogos, o que corresponde a uma marcada desaceleração face a 2007 e se situa a um nível folgadoamente inferior ao objectivo assumido pelo BCE. O mesmo cenário registou-se nos Estados Unidos, que se estima ter crescido apenas 1,1% durante o ano de 2008, enquanto no Japão se estima um decréscimo de 0,6%. O abrandamento reflectiu-se numa marcada queda da inflação no consumidor em ambos os países, registando-se taxas homólogas de 0,1% nos Estados Unidos e 0,4% no Japão.

A economia portuguesa sofreu os efeitos da envolvente, estimando-se que tenha apresentado um crescimento nulo em 2008, dada a contracção da actividade económica observada na segunda metade do ano, com particular incidência no último trimestre. A conjuntura recessiva reflectiu-se numa redução da inflação anual para 0,8%, correspondente a metade da taxa observada no conjunto da Área do Euro.

No que concerne às economias emergentes, os níveis de crescimento económico da China e da Índia continuaram a ser elevados, ainda que muito inferiores aos registados nos anos anteriores. Assim, estima-se que as economias chinesa e indiana tenham crescido, respectivamente, 9,0% e 7,1%, durante o ano de 2008.

Quadro 2 — Taxas de Crescimento do PIB e dos Preços no Consumidor

	Produto Interno Bruto (%)				Preços no Consumidor (%)		
	2006	2007	2008*		2006	2007	2008
Área do Euro	2,9	2,6	0,8		1,9	3,1	1,6
Portugal	1,4	1,9	0,0		2,5	2,7	0,8
EUA	2,8	2,0	1,1		2,5	4,1	0,1
Japão	2,0	2,4	-0,6		0,3	0,7	0,4

Fontes: Eurostat, Bureau of Labour Statistics (EUA), Department of Commerce (EUA) e Ministry of Internal Affairs (Japão)

* Estimativas

A crise de confiança originou uma enorme relutância das instituições financeiras em conceder mutuamente créditos interbancários, levando a um alargamento sem precedentes dos *spreads* entre as taxas no mercado interbancário e as taxas de rentabilidade dos bilhetes do Tesouro. Na Área do Euro, o *spread* entre a Euribor a 3 meses e os bilhetes do Tesouro alemães para a mesma maturidade atingiu um pico de 330 pontos base durante o mês de Outubro.

A consequente crise de liquidez revelou debilidades em muitas instituições em todo o mundo, nomeadamente ao nível da qualidade dos activos detidos, grau de alavancagem dos balanços e capacidade de captação de fundos. Algumas instituições entraram em processo de liquidação financeira, enquanto outras foram objecto de aquisição.

As intervenções dos Bancos Centrais e dos Governos foram crescentes em variedade e montante. Destacam-se os cortes drásticos nas taxas de juro de referência, as injeções de liquidez no sistema financeiro, as intervenções no capital de instituições financeiras, que culminaram nalguns casos com a nacionalização, e as garantias explícitas a emissões de obrigações por parte de instituições financeiras.

O BCE manteve a taxa de referência para as operações de refinanciamento em 4% até Junho de 2008, tendo procedido a um último aumento para 4,25%, em Julho. Esta política foi bruscamente invertida com o agravamento da crise financeira, tendo-se registado sucessivos cortes a partir de Outubro, até ao nível de 2,5% no final de 2008 e 2% no início de 2009.

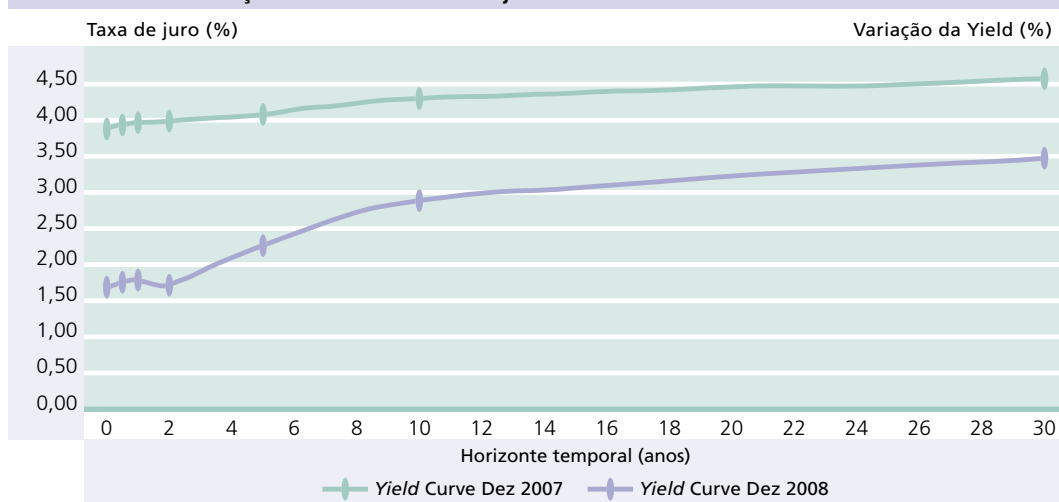
As taxas de juro dos títulos de dívida pública desceram significativamente, em particular durante o segundo semestre do ano, sob o efeito conjugado do abrandamento da actividade económica, do desaparecimento das tensões inflacionistas e do clima de forte aversão ao risco de crédito e preferência por dívida soberana.

Quadro 3 — Evolução das principais taxas de juro da Área do Euro

	Dez. 2007	Dez. 2008	Varição (p.p.)
Taxa de intervenção do BCE			
Taxa oper. principal de refinanciamento	4,00%	2,50%	-1,50
Taxas de rendibilidade dos bilhetes do Tesouro (*)			
a 3 meses	3,95%	1,74%	-2,22
a 6 meses	3,99%	1,79%	-2,21
a 1 ano	4,03%	1,82%	-2,19
Taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro (**)			
a 2 anos	4,02%	1,76%	-2,26
a 10 anos	4,35%	2,94%	-1,41
a 30 anos	4,62%	3,53%	-1,09

Fonte: REUTERS
 (*) Bilhetes do Tesouro franceses. (**) Obrigações de dívida pública alemã.

GRÁFICO 1 — Evolução da curva de taxas de juro na Área do Euro durante o ano 2008



No mercado de dívida privada, acentuou-se significativamente a tendência de alargamento de *spreads* iniciada no ano anterior. O índice Itraxx Eur 5 anos, que reflecte o custo de compra de protecção contra o risco de incumprimento dos compromissos assumidos por emitentes de obrigações a 5 anos em euros, alargou de cerca de 50 pontos base no final de 2007, para aproximadamente 175 pontos base, no final de 2008.

No plano cambial, observou-se uma apreciação do euro face ao dólar até ao máximo de 1,60, atingido em Abril e Julho, seguida duma desvalorização até 1,25, em Novembro. No final de 2008, o euro recuperou parcialmente em relação ao dólar para níveis em torno de 1,40.

No contexto descrito, todos os mercados accionistas mundiais sofreram fortes desvalorizações. O índice europeu DJ Eurostoxx 50 desvalorizou cerca de 44,3%; o índice americano S&P 500 registou uma desvalorização de 38,5%; o índice japonês Nikkei 225 caiu 42,1%; e o índice português PSI-20 registou uma perda de 51,3%.

O comportamento dos mercados em 2008 foi ainda caracterizado pela marcada volatilidade da cotação do petróleo. Esta apreciou-se consideravelmente até meados de Julho, chegando a 145 dólares por barril, e caiu significativamente na segunda metade do ano. No final de 2008, o barril de *brent* cotava-se próximo de 35 dólares, registando uma queda de 62% face à cotação do início do ano.

4.

PLANOS DE PENSÕES

4.1. CARACTERIZAÇÃO

O Banco de Portugal garante, através do Fundo de Pensões, o direito aos benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência (incluindo eventuais subsídios complementares e o subsídio por morte), bem como o pagamento dos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS).

As pensões pagas a título de reforma e sobrevivência resultam da soma das parcelas calculadas em função de cada componente da retribuição pensionável, de acordo com a convenção colectiva de trabalho aplicável e a regulamentação interna do Banco.

O Plano de Pensões engloba quatro programas de benefícios relativos à remuneração base e diuturnidades e três programas relativos aos complementos remunerativos.

4.2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ABRANGIDA PELO FUNDO DE PENSÕES

A população abrangida pelo Fundo de Pensões do Banco de Portugal apresenta uma elevada maturidade, evidenciada pelo facto de o número de beneficiários ser superior ao de participantes no activo. Consequentemente, as responsabilidades com pensões em pagamento representam um elevado peso no total das responsabilidades, o que condiciona fortemente a postura assumida na gestão do património do Fundo.

Quadro 4 — População abrangida pelo Fundo de Pensões

	31-12-2006	31-12-2007	Variação 2006 / 2007	31-12-2008	Variação 2007 / 2008
Activos	1.709	1.689	-20	1.688	-1
Reformados	1.734	1.728	-6	1.739	11
Pensionistas	486	486	0	504	18
Total	3.929	3.903	-26	3.931	28
Razão Activos ¹ / Beneficiários ²	0,77	0,76		0,75	

¹ Participantes; ² Reformados e Pensionistas.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Fundo de Pensões abrangia 1.688 participantes (trabalhadores no activo), 1.739 reformados e 504 pensionistas.

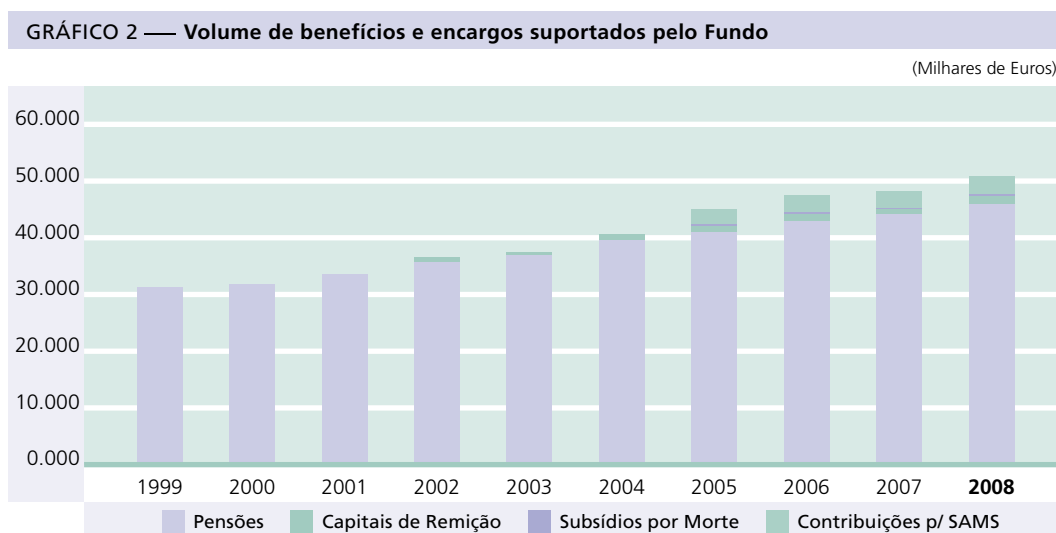
4.3. EVOLUÇÃO DOS BENEFÍCIOS/ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES

No gráfico 2, apresenta-se a evolução do volume de benefícios e encargos pagos pelo Fundo de Pensões nos últimos 10 anos.

Em 2008, o valor das pensões vencidas ascendeu a 46,06 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 4,04% em relação ao exercício anterior.

O valor liquidado em 2008 correspondente a capitais de remição ascendeu a 1,3 milhões de euros, que compara com 0,7 milhões no ano precedente, enquanto que o total liquidado a título de subsídios por morte manteve um valor idêntico ao de 2007 (0,3 milhões de euros).

Os encargos suportados pelo Fundo de Pensões relativos às contribuições para o SAMS sobre as pensões liquidadas ascenderam a 2,9 milhões de euros, em 2008, que coincide com o valor pago no ano anterior.



No ano de 2008, foram efectuadas contribuições num total de 44 milhões de euros, incluindo uma contribuição extraordinária de 20 milhões de euros.

4.4. AVALIAÇÃO ACTUARIAL

4.4.1. Pressupostos Actuariais e Financeiros

Os principais pressupostos actuariais e financeiros são os que se apresentam neste ponto.

Quadro 5 — Pressupostos que decorrem do Plano

Momento de atribuição de pensão de reforma Velhice	65 anos
Número de mensalidades de pensão	14
Número de mensalidades de salário	14

Quadro 6 — Pressupostos actuariais e financeiros

	Financiamento	
	31 / 12 / 2007	31 / 12 / 2008
Taxa de desconto	5,153%	4,800%
Taxa de actualização das Pensões	2,359%	1,764%
Taxa de crescimento da Massa Salarial	3,359%	2,764%
Taxa de actualização das Tabelas Remunerativas	3,359%	1,764%
Taxa de crescimento da Retribuição Mínima Mensal Garantida	2,359%	1,764%
Retribuição Mínima Mensal Garantida no ano seguinte	426 €	450 €
Tabela de Mortalidade	TV 88/90 1978 - S.O.A. Trans. Male (US) T-1 Crocker Sarason (US) 80%	
Tabela de Invalidez		
Tabela de Turnover		
Percentagem de casados		
Diferença de idades entre os participantes e os cônjuges		
	3 (indivíduos do sexo masculino os mais velhos)	

Estes pressupostos são pontualmente ajustados em função das características específicas dos grupos populacionais.

A taxa de desconto apurada no final de 2008 e utilizada no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro foi de 4,8%. Esta taxa foi determinada com base na média das taxas de juro, para esse dia, de obrigações governamentais indexadas à inflação da zona euro para as diversas maturidades existentes no mercado, tendo em conta a estrutura por prazos das responsabilidades do Fundo de Pensões.

Em resultado do comportamento do mercado de dívida pública da área do euro no ano de 2008, descrito no ponto 3, a taxa de desconto regista um decréscimo de -0,35 pontos percentuais face ao fecho do exercício anterior. A taxa de inflação, apurada com base nas obrigações emitidas por tesouros da área do euro indexadas à inflação, registou um decréscimo mais acentuado, de -0,60 pontos percentuais. Daqui resultou um aumento na taxa de desconto real.

Em 2008 continuou a utilizar-se a tabela de mortalidade TV 88/90, já adoptada nos anos anteriores, e cuja aderência à realidade foi confirmada por um estudo empírico efectuado com base nos dados demográficos do fundo de pensões até 2006.

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cenário do Mínimo de Solvência estabelecido pelo Instituto de Seguros de Portugal são os seguintes:

Quadro 7 — Pressupostos actuariais e financeiros		
	Mínimo Solvência	
	31 / 12 / 2007	31 / 12 / 2008
Taxa de desconto	4,500%	4,500%
Taxa de actualização das Pensões	2,359%	1,764%
Taxa de crescimento dos Salários	0,000%	0,000%
Retribuição Mínima Mensal Garantida no ano seguinte	426 €	450 €
Tabela de Mortalidade	TV 73/77 1978 - S.O.A. Trans. Male (US) -/- 80% 3 (indivíduos do sexo masculino os mais velhos)	
Tabela de Invalidez		
Tabela de Turnover		
Percentagem de casados		
Diferença de idades entre os participantes e os cônjuges		

4.4.2. Resultados da Avaliação Actuarial

Em 31 de Dezembro de 2008, o total de responsabilidades por serviços passados ascendia a 1.159,6 milhões de euros, dos quais 663,9 milhões correspondem a responsabilidades por pensões em pagamento e 495,6 milhões dizem respeito às responsabilidades por serviços passados de trabalhadores no activo.

Quadro 8 — Responsabilidades por Serviços Passados (RSP)		
	31 / 12 / 2007	31 / 12 / 2008
	1.175.298.862	1.159.582.431
Reformados e Pensionistas	665.387.253	663.943.290
Trabalhadores no activo	509.911.609	495.639.141

(euros)

No ano 2008, registou-se uma variação do valor das responsabilidades por serviços passados de -15,7 milhões de euros.

Esta variação corresponde a um decréscimo global anual de -1,34% do valor das responsabilidades por serviços passados, como consequência da conjugação dos seguintes efeitos:

— Variação anual esperada (normal) de 2,36% das responsabilidades; e

- Variação anual não esperada de -3,69% das responsabilidades, que corresponde a um desvio actuarial (resultante da diferença entre pressupostos de longo prazo e os valores observados) e um desvio financeiro resultante da indexação dos pressupostos ao mercado.

5.

ESTRUTURA DA CARTEIRA E CONTROLO DE RISCOS

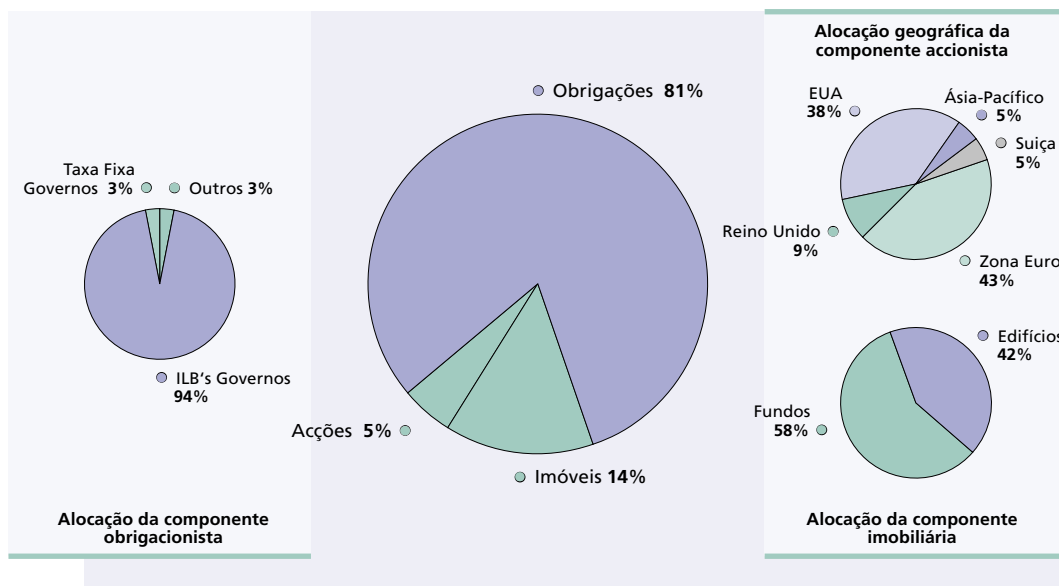
A política de investimento do Fundo de Pensões encontra-se balizada pelas normas regulamentares emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), nomeadamente no que se refere à composição e controlo do património e à utilização de instrumentos derivados e de operações de reporte e empréstimo de valores, e por normas internas, mais restritivas, estabelecidas pela própria Sociedade Gestora em estreita consonância com o perfil de risco aprovado pelo Banco de Portugal.

Ao longo de 2008, a estrutura da carteira foi objecto de análise e acompanhamento permanente, com vista à identificação do grau de exposição a diferentes tipos de risco e respectiva forma de mitigação através da imposição de limites e do recurso a instrumentos de cobertura.

Os procedimentos de gestão e controlo de risco foram ajustados à conjuntura de pronunciada instabilidade financeira, tendo sido aumentada a restritividade das Normas orientadoras da política de investimento.

5.1. *Benchmark* Estratégico 2008

Com o objectivo de limitação do risco de redução do nível de financiamento e de maximização da rentabilidade da carteira de activos, foi seleccionado um referencial para a estrutura da carteira do Fundo de Pensões em 2008, designado *benchmark* estratégico. A sua composição, que se apresenta sumariamente, é consentânea com o perfil de risco definido pelo Banco de Portugal.

GRÁFICO 3 — *Benchmark Estratégico 2008: composição média anual*

5.2. Estrutura por classe de activos

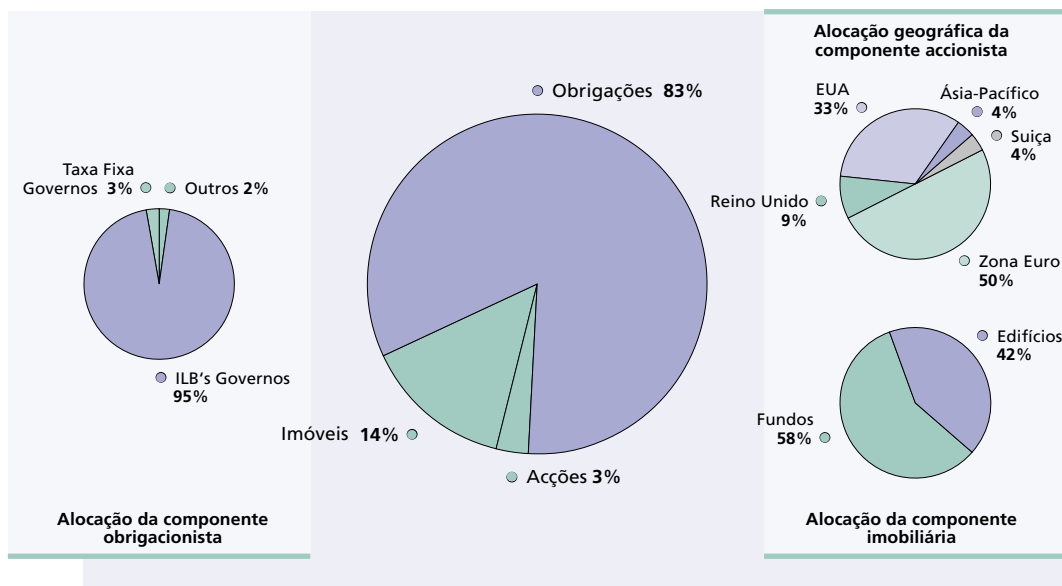
A estrutura da carteira de activos foi determinada tendo como referência a composição do *benchmark* estratégico, tendo sido assumidos alguns desvios orientados pelo objectivo de incorporar expectativas de curto prazo de evolução dos mercados.

A exposição a acções foi, ao longo do ano de 2008, significativamente reduzida, por contrapartida de um reforço da exposição a obrigações.

Assim, verificou-se em 2008, uma exposição média a obrigações de 83%, (na quase totalidade dívida pública) enquanto o imobiliário e as acções representaram respectivamente 14% e 3%.

A pequena componente accionista da carteira teve uma exposição predominante aos mercados da área do euro (50%) e norte americano (33%).

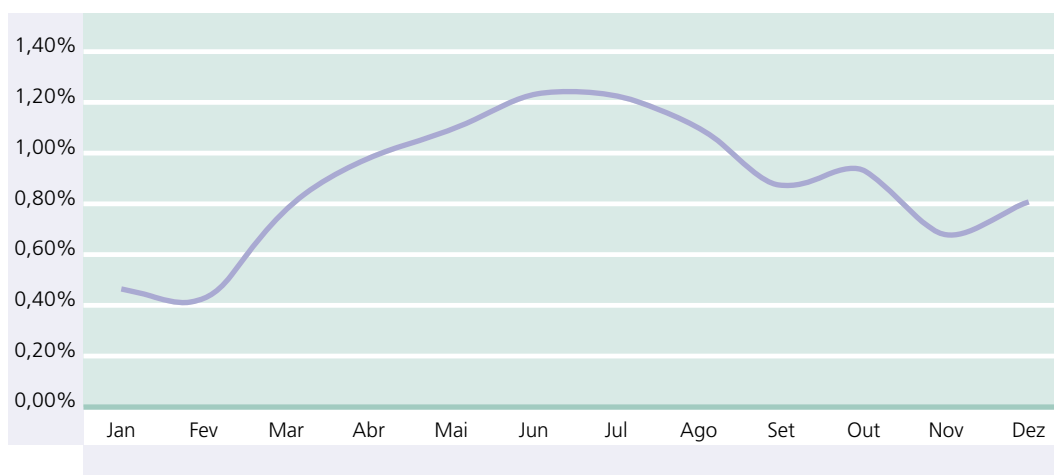
GRÁFICO 4 — Estrutura da carteira por classe de activos: composição média anual



5.3. Value-at-Risk "Activos – Responsabilidades"

O risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões é avaliado e controlado com base no cálculo do *Value-at-Risk* a 1 mês para um nível de confiança de 95%.

GRÁFICO 5 — Value-at-Risk "Activos-Responsabilidades" a 1 mês



Esta medida de risco, cuja evolução em 2008 se encontra no Gráfico acima, corresponde, em cada momento, à redução do nível de financiamento, em pontos percentuais, cuja ultrapassagem, no horizonte temporal de 1 mês, tem associada uma probabilidade estimada em 5%.

A evolução do *Value-at-Risk* ao longo do ano de 2008 reflectiu, por um lado, ajustamentos táticos efectuados na carteira de investimento e, por outro lado, a instabilidade dos mercados financeiros associada à deterioração pronunciada do sentimento económico.

5.4. Diferencial ajustado de duração modificada

O grau de sensibilidade do nível de financiamento do Fundo de Pensões a variações de taxas de juro reais é avaliado com base no diferencial ajustado de duração modificada.

Quadro 9 — Diferencial ajustado de duração modificada	
	Valores médios 2008
a) Duração Modificada das responsabilidades por serviços passados	13,9
b) Duração Modificada das Obrigações	15,7
c) Peso das Obrigações	82,6%
d) Nível de Financiamento	100,1%
Diferencial Ajustado de Duração Modificada = $b) \times c) - a) / d)$	-0,8

O nível de diferencial negativo registado em 2008 indica que o valor da carteira de activos é menos sensível do que o valor das responsabilidades, face a variações de taxas de juro. Uma vez que as taxas de juro reais registaram um movimento de subida em 2008, este posicionamento contribuiu positivamente para a rentabilidade “Activos-Responsabilidades”.

Atendendo à elevada duração modificada das responsabilidades do Fundo de Pensões (13,9) e ao facto de a política de investimentos contemplar também activos cujo valor é pouco sensível às variações de taxas de juro, o diferencial ajustado de duração modificada médio registado em 2008 foi alcançado com recurso a uma carteira de obrigações com uma elevada duração modificada (15,7).

5.5. Estrutura da carteira de obrigações por tipo de emitente

O controlo do risco de crédito é assegurado através da restrição do investimento a instrumentos e instituições de reconhecida segurança e idoneidade financeira, bem como de um acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas agências internacionais, complementado por uma atenção permanente à informação de mercado disponível.

A carteira de obrigações foi constituída, na sua grande maioria, por emissões indexadas à inflação, com um perfil próximo das responsabilidades assumidas pelo Fundo de Pensões, cujo valor depende igualmente da evolução daquela variável. Pretende-se, desta forma, limitar o risco de redução do nível de financiamento do Fundo de Pensões em virtude de um aumento da taxa de inflação.

Atendendo a que a dívida indexada à inflação da área do euro com um nível de liquidez considerado suficiente é quase exclusivamente dívida pública, esta representou em 2008 a quase totalidade da carteira de obrigações (98,3%), sendo a parte restante investida em obrigações emitidas por supranacionais e instituições financeiras com garantia do Estado português.

A este motivo de natureza estratégica para a elevada concentração da carteira em dívida pública, acresceu a crise dos mercados de crédito que se fez sentir ao longo de todo o ano.

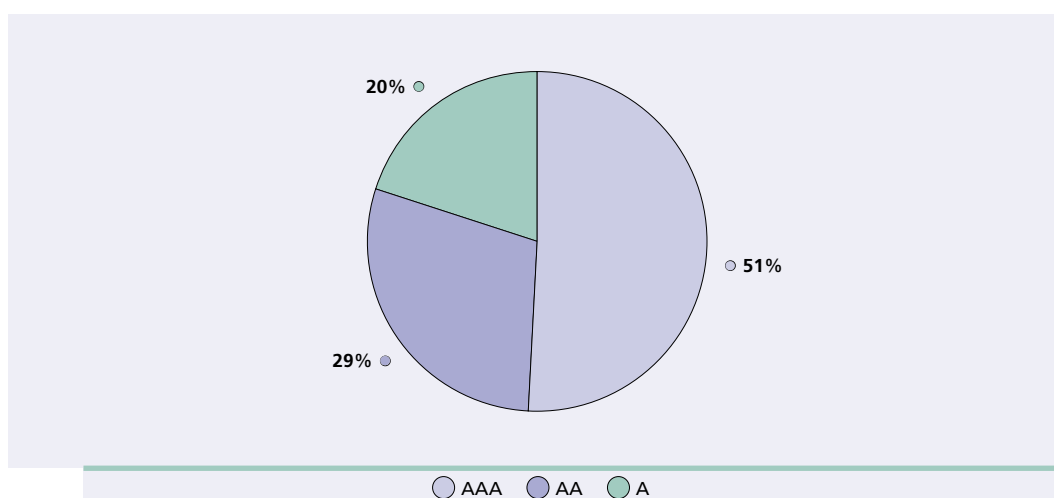
Quadro 10 — Exposição da carteira de rendimento fixo por tipo de emitente/contraparte

	Governos	Supranacionais	Inst. Financeiras
Valores médios 2008 (%)	98,3%	0,6%	1,2%

5.6. Estrutura da carteira de obrigações por *rating*

A carteira de rendimento fixo do Fundo de Pensões evidenciou ao longo do ano um reduzido nível de risco de crédito, dado o elevado peso de emittentes soberanos com *rating* elevado.

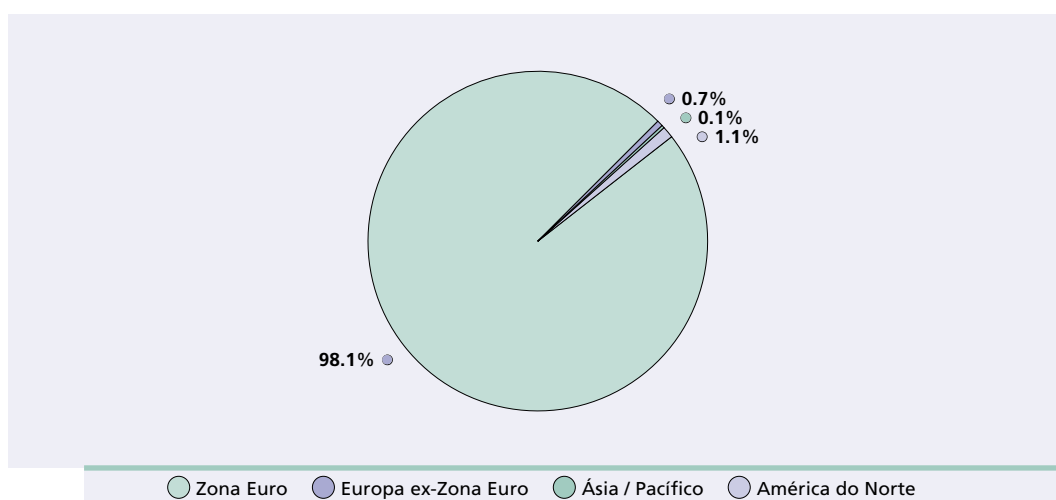
GRÁFICO 6 — Estrutura da carteira de obrigações por *rating*: composição média anual



5.7. Estrutura da carteira do Fundo de Pensões por zona geográfica

Tomada no seu conjunto, a carteira de activos do Fundo de Pensões manteve em 2008 uma exposição predominante aos países da Área do Euro, que representou 98,1% do total. A reduzida exposição a outras zonas geográficas foi materializada quase exclusivamente através da carteira de acções.

GRÁFICO 7 — Estrutura da carteira do Fundo de Pensões por zona geográfica: composição média anual



5.8. Exposição ao risco cambial

Quadro 11 — Exposição média da carteira a risco cambial

	JPY	CHF	GBP	USD
Exposição média da carteira total a risco cambial (%)	0,04%	0,02%	0,04%	0,11%

O risco de redução do nível de financiamento associado a eventual depreciação, face ao euro, das divisas de denominação dos veículos de investimento accionista, foi gerido através da cobertura cambial da maioria do valor dos activos denominados em divisas. Consequentemente, o risco cambial assumido foi diminuto – cerca de 0,21% do valor do Fundo de Pensões – e esteve associado à gestão táctica da carteira, tendo contribuído positivamente para a rentabilidade dos activos.

A exposição média mais significativa ao risco cambial verificou-se em relação ao dólar dos Estados Unidos, representando 0,11% do valor total da carteira do Fundo de Pensões.

6.

RESULTADOS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO DE PENSÕES

As responsabilidades e a carteira de activos do Fundo de Pensões foram condicionadas pela subida das taxas de juro reais da dívida pública indexada à inflação.

A valorização das responsabilidades por serviços passados é efectuada a preços de mercado, tomando em consideração os níveis de taxas de juro e de inflação esperada. A descida, ao longo do ano de 2008, das taxas de juro nominais da dívida pública de longo prazo foi acompanhada de uma descida mais pronunciada da inflação esperada, tendo-se, por conseguinte, observado uma subida das taxas de juro reais.

Em consequência, o valor das responsabilidades por serviços passados (ajustado pelo impacto do pagamento de pensões líquido do recebimento de contribuições regulares e expurgando o efeito de factores exógenos) registou, em 2008, uma variação de -0,5%. Numa óptica de gestão integrada de activos e passivos, esta variação constitui a referência para a taxa de rentabilidade dos activos.

A subida das taxas de juro reais afectou também a rentabilidade da carteira de activos, dado o enfoque da orientação “Activos-Responsabilidades” da política de investimentos. Com efeito, o objectivo de limitação do risco de redução do nível de financiamento traduziu-se na manutenção de uma forte exposição da carteira a activos correlacionados com as responsabilidades, em particular obrigações do Tesouro de longo prazo indexadas à inflação da área do euro. A influência que a evolução das taxas de juro reais tem sobre o valor destes activos foi determinante para a rentabilidade apurada na carteira de obrigações (-1,0%).

Apesar da reduzida exposição do Fundo de Pensões a acções, a depreciação pronunciada dos principais índices accionistas de referência acabou também por condicionar a rentabilidade da carteira de activos (-1,3%) e, em última instância, a rentabilidade “Activos-Responsabilidades”.

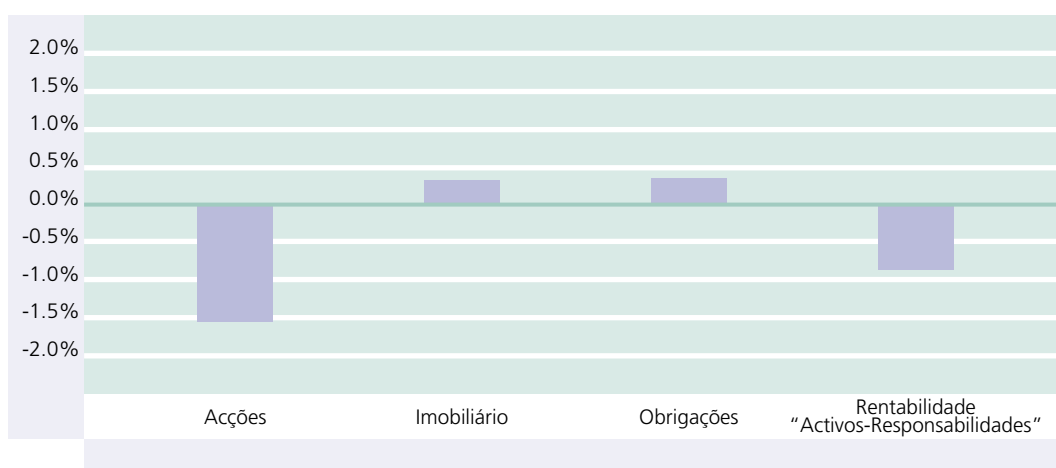
Quadro 12 — Rentabilidade “Activos-Responsabilidades”

Variação ajustada das Responsabilidades	-0,5%		
		Carteira de Activos	
		Obrigações	-1,0%
		Acções	-26,4%
		Imóveis	6,3%
Resultados da Gestão Financeira	-0,8%	Total de Activos	-1,3%

A rentabilidade “Activos-Responsabilidades” (-0,8%) pode ser atribuída aos seguintes contributos:

- O contributo negativo de -1,5 pontos percentuais associado à depreciação das acções, num contexto de instabilidade financeira pronunciada;
- O contributo positivo de +0,4 pontos percentuais, decorrente do posicionamento da gestão em matéria de diferencial ajustado de duração modificada, que correspondeu, na prática, a uma opção por manter uma sensibilidade do valor da carteira de activos a variações de taxas de juro inferior à sensibilidade do valor das responsabilidades às mesmas variações;
- O contributo positivo de +0,3 pontos percentuais associado à rentabilidade do investimento imobiliário.

GRÁFICO 8 — Rentabilidade “Activos-Responsabilidades” do Fundo de Pensões



O nível de financiamento do Fundo de Pensões em 2008 (100,15%) registou uma redução de 0,5% face ao ano anterior (100,68%), para a qual concorreram os elementos identificados no Quadro 13.

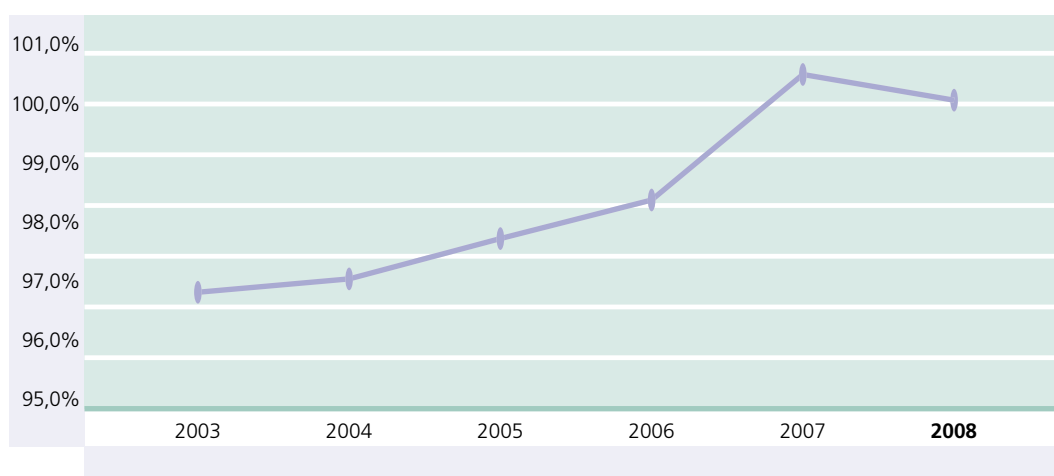
Quadro 13 — Variação do Nível de financiamento do Fundo de Pensões

	% do valor das Responsabilidades	Milhões de eur
Variação do Nível de Financiamento	-0,5%	-6,3
Rentabilidade Activos-Passivos	-0,8%	-9,9
Revisão de Pressupostos	-1,0%	-12,1
Factores exógenos e desvios actuariais	-0,3%	-4,3
Contribuição extraordinária	1,7%	20,0

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor da carteira de activos do Fundo de Pensões do Banco de Portugal totalizava 1.161,3 milhões de euros. O total de responsabilidades por serviços passados era de 1.159,6 milhões de euros.

GRÁFICO 9 — Evolução do Nível de Financiamento do Fundo de Pensões



No final do ano, o Fundo de Pensões registava um nível de financiamento global de 100,15%, que traduzia um decréscimo de 0,5 pontos percentuais face ao apurado no final de 2007.

Para efeitos do disposto no Aviso nº 12/2001, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 4/2005, o grau de cobertura foi de 106,0% do mínimo exigido. Caso se tivesse optado pela utilização da facilidade prevista no Aviso nº 7/2008, o grau de cobertura seria revisto para 107,3% do mínimo exigido.

Foram integralmente satisfeitos os requisitos emanados pelo Instituto de Seguros de Portugal, tendo a cobertura do mínimo de solvência atingido 118,3%.

Quadro 14 — Situação Financeira do Fundo de Pensões

		31 / 12 / 2007	31 / 12 / 2008
(1)	Valor do Fundo de Pensões	1.183.275.079	1.161.307.823
(2)	Responsabilidades por Serviços Passados (R.S.P.)	1.175.298.862	1.159.582.431
(3)=(1)/(2)	Nível de Financiamento	100,68%	100,15%
(4)	Nível de Financiamento mínimo obrigatório (Aviso do BP 12/2001) ^(*)	91,1%	94,5%
(5)=(3)/(4)	Nível de Cobertura atingido	110,5%	106,0%
(6)	Nível de Financiamento do Mínimo de Solvência	85,8%	84,7%
(7)=(3)/(6)	Nível de Cobertura atingido	117,4%	118,3%

(*) Com as alterações introduzidas pelo Aviso do BP 4/2005.

(montantes em euros)

7.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA SOCIEDADE GESTORA

No exercício de 2008, foi apurado um resultado líquido de 109.763,06€ nas contas da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal	5.488,15 €
Reservas Livres	104.274,91 €
Total	109.763,06 €

8.

NOTA FINAL

Ao concluir o Relatório e Contas do exercício de 2008, o Conselho de Administração entende ser de destacar a confiança e o espírito de colaboração demonstrados pelo Banco de Portugal.

Ao Instituto de Seguros de Portugal expressa-se o reconhecimento pela forma como acompanhou a actividade da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A..

Por último, salienta-se o elevado profissionalismo e dedicação de todos os Colaboradores da Sociedade Gestora.

Lisboa, 12 de Março de 2009

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Presidente

Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Administrador

Helena Maria de Almeida Martins Adegas
Administradora Delegada





Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A.

Balanço e Demonstração de Resultados

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

Certificação Legal das Contas

Parecer do Fiscal Único

Balanço

Activo	2008			2007
	AB	AP	AL	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e outras Construções	57.131	21.190	35.940	41.389
Equipamento Básico	242.085	166.265	75.820	108.582
Equipamento Administrativo	2.231.147	1.878.627	352.519	511.076
Outras imobilizações corpóreas	16.806	14.308	2.498	241
	2.547.168	2.080.391	466.777	661.288
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	117.229	117.229	0	0
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0	0	0	0
CIRCULANTE				
Dívidas de Terceiros				
Estado e Outros Entes Públicos	35.938		35.938	0
Outros Devedores	492		492	492
	36.430	0	36.430	492
Títulos Negociáveis	1.539.278	0	1.539.278	827.047
Depósitos Bancários e Caixa				
Depósitos Bancários	291.206		291.206	975.903
Caixa	1.247		1.247	1.247
	292.453	0	292.453	977.150
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de Proveitos	24.036		24.036	17.973
Custos diferidos	154.296		154.296	143.480
Impostos diferidos	8.750		8.750	3
	187.082	0	187.082	161.456
Total do Activo	4.719.640	2.197.620	2.522.020	2.627.433

(em Euros)

AB= Activo bruto

AP= Amortizações e provisões acumuladas

AL= Activo líquido

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Capital Próprio e Passivo	2008	2007
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	1.000.000	1.000.000
Reserva Legal	113.373	107.737
Reservas Livres	1.010.259	903.168
Resultados Transitados	0	0
Resultado Líquido	109.763	112.728
Total do Capital Próprio	2.233.396	2.123.633
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS	70.345	195.065
PASSIVO		
Dívidas a Terceiros		
Outros Accionistas	0	234
Outros Credores	0	1.413
Fornecedores c/c	97.515	243.935
Estado e Outros Entes Públicos	67.515	46.599
	165.030	292.180
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de Custos	52.398	15.726
Proveitos Diferidos	850	830
	53.249	16.556
Total do Passivo	288.624	503.800
Total do Capital Próprio e Passivo	2.522.020	2.627.433

(em Euros)

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Vítor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Conta de Resultados

Custos e Perdas	2008	2007
Fornecimento e Serviços Externos	1.133.326	1.080.288
Custos com o Pessoal	2.024.804	1.965.206
Amortizações do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo	232.739	230.484
Impostos	49.872	46.165
Outros Custos e Perdas Operacionais	7.700	7.675
Provisões para Riscos e Encargos (A)	44.935	65.104
	3.493.376	3.394.922
Provisões de Aplicações Financeiras	0	12
Juros e Custos Similares (C)	2.839	4.139
	3.496.215	3.399.073
Custos e Perdas Extraordinários (E)	6.112	5.882
	3.502.327	3.404.955
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício (G)	40.697	43.009
	3.543.024	3.447.964
Resultado Líquido do Período	109.763	112.728
Total	3.652.787	3.560.692
	(em Euros)	
RESUMO:		
Resultados Operacionais: (B) - (A) =	7.240	105.398
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A) =	106.739	54.349
Resultados Correntes: (D) - (C) =	113.979	159.747
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E) =	150.460	155.737
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (G) =	109.763	112.728

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Proveitos e Ganhos	2008	2007
Prestação de Serviços	3.489.279	3.489.279
Proveitos Suplementares (B)	11.337	11.041
	3.500.616	3.500.320
Rendimentos de Títulos Negociáveis e de Outras Aplicações Financeiras	58.966	56.023
Outros Juros e Proveitos Similares (D)	50.611	2.477
	3.610.194	3.558.820
Proveitos e Ganhos Extraordinários (F)	42.593	1.872
	3.652.787	3.560.692
Total	3.652.787	3.560.692

(em Euros)

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Vitor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Helena Maria de Almeida Martins Adegas

Demonstração dos Resultados por Funções

	2008	2007
Vendas e Prestação de Serviços	3.489.279	3.489.279
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	0	0
Resultados Brutos	3.489.279	3.489.279
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	53.931	11.041
Custos de Distribuição	0	0
Custos Administrativos	3.485.676	3.387.247
Outros Custos e Perdas Operacionais	16.650	11.685
Resultados Operacionais	40.883	101.388
Custo Líquido de Financiamento	0	0
Ganhos (Perdas) em filiais e associadas	0	0
Ganhos (Perdas) em outros Investimentos	109.577	54.349
Resultados Correntes	150.460	155.737
Impostos sobre os Resultados Correntes	40.697	43.009
Resultados Correntes após Impostos	109.763	112.728
Impostos sobre os Resultados Operacionais	0	0
Resultados Líquidos	109.763	112.728

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultados Líquidos	109.763	112.728
Ajustamentos		
Amortizações	232.739	230.484
Provisões	44.935	65.063
Resultados Financeiros	-50.611	-56.023
Aumentos das Dívidas de Terceiros		
Diminuição das Dívidas de Terceiros		
Aumento das Existências		
Diminuição das Existências		
Aumentos das Dívidas a Terceiros	6.794	214.160
Diminuição das Dívidas a Terceiros	-339.302	-189
Diminuição dos Proveitos Diferidos		
Aumento dos Acréscimos de Proveitos	-6.063	-1.400
Diminuição dos Acréscimos de Proveitos		
Aumento dos Custos Diferidos	-10.816	
Diminuição dos Custos Diferidos		-20.272
Aumento dos Acréscimos de Custos	36.673	
Diminuição dos Acréscimos de Custos		536
Aumento dos Proveitos Diferidos	21	25
Ganhos na Alienação de Imobilizações		-1.815
Perdas na Alienação de Imobilizações		
Aumento dos Impostos Diferidos Activos	-8.747	
Diminuição dos Impostos Diferidos Activos		245
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	15.386	543.541
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Investimentos Financeiros	0	355.688
Imobilizações Corpóreas		
Imobilizações Incorpóreas		
Imobilizações em Curso		
Subsídios de Investimento		
Juros e Proveitos Similares	50.611	56.023
Dividendos		
Pagamentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	-712.464	
Imobilizações Corpóreas	-38.229	-205.968
Imobilizações Incorpóreas		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	-700.082	205.743
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos Obtidos		
Aumentos de Capital		
Suplementos e Prémios de Emissão		
Subsídios e Doações		
Venda de Acções		
Cobertura de Prejuízos		
Pagamentos Respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos		
Amortização de Contratos de Locação Financeira		
Juros e Custos Similares		
Dividendos		
Redução de Capital e Prestações Suplementares		
Aquisição de Acções Próprias		
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	-684.696	749.284
EFEITO DAS DIFERENÇAS DE CÂMBIO		0
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	977.150	227.866
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	292.453	977.150

(em Euros)

O Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

A Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., foi constituída em 3 de Junho de 1988 por escritura notarial lavrada de Fl. 74 a Fl. 76 do livro de notas para escrituras diversas nº. 677 - C do 9º. Cartório Notarial de Lisboa, tendo por objecto a administração, gestão e representação do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

A sua constituição foi autorizada pela Portaria nº. 245/88, de 20 de Abril, do Ministério das Finanças.

O anexo às contas respeita a ordem estabelecida pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC), sendo de referir que os números não indicados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de valores e situações a reportar.

3.

CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente, de acordo com os princípios fundamentais da continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, substância sob a forma e materialidade.

Os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade são como segue:

— Imobilizado

O activo imobilizado está registado ao custo de aquisição.

As reintegrações são calculadas com base no número de anos de vida útil esperada, utilizando-se para o efeito o método das quotas constantes, sendo aplicado para os activos adquiridos até 1993 (inclusive) o critério da quota anual de reintegração e, para os activos adquiridos em data posterior, o critério da quota correspondente ao número de meses contados desde o mês de entrada em funcionamento.

As taxas de reintegração encontram-se em conformidade com a legislação fiscal portuguesa. O período de vida útil daí decorrente aproxima-se da vida útil dos bens.

As taxas de reintegração aplicadas foram as seguintes:

	Percentagem anual
Equipamento básico	10%
Equipamento administrativo, social e mobiliário diverso	10 a 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	12,50%

— Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são valorizados pelo seu custo de aquisição, que inclui os custos suportados na compra.

Constituíram-se provisões que visam a cobertura integral do valor das menos-valias evidenciadas na carteira de títulos e que correspondem à descida do valor de mercado face ao custo de aquisição dos títulos, quando aquele valor é inferior a este.

— Reconhecimento dos custos e proveitos

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que ocorrem, tendo em atenção o período a que dizem respeito e independentemente da sua realização financeira.

6.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para efeito de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), relativas a provisões para depreciação da carteira de títulos.

Variação dos Activos por Impostos Diferidos			
Descrição	Total 2008	Total 2007	Reversão da Diferença
Diferenças Temporárias que originam Activos por impostos diferidos	0	0	
Provisões não aceites fiscalmente	35.000	12	
Total	35.000	12	
Valores Reflectidos no Balanço (25%)	8.750	3	8.747

(em Euros)

7.

PESSOAL

Durante o ano de 2008, a Sociedade contou, em média, com 33 colaboradores ao seu serviço.

10.

IMOBILIZADO

O movimento da rubrica de imobilizado foi como segue:

	Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
IMOBILIZADO CORPÓREO				
Activo Bruto				
Edifício e Outras Construções	57.131	0	0	57.131
Equipamento básico	242.085	0	0	242.085
Equipamento administrativo	2.220.845	35.589	25.287	2.231.147
Outras imobilizações corpóreas	17.264	2.640	3.098	16.806
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	117.229	0	0	117.229
IMOBILIZADO EM CURSO (i)	0			0
	2.654.554	38.229	28.385	2.664.398
Amortizações acumuladas				
Edifício e Outras Construções	15.742	5.473	25	21.190
Equipamento básico	133.503	32.762	0	166.265
Equipamento administrativo	1.709.769	194.146	25.287	1.878.628
Outras imobilizações corpóreas	17.023	358	3.074	14.307
Outras Despesas	117.229			117.229
Investigação e Desenvolvimento				
	1.993.266	232.739	28.386	2.197.619
Activo Líquido	661.288			466.779

⁽ⁱ⁾ Ver nota 14.

(em Euros)

14.

IMOBILIZADO EM CURSO

No final do exercício de 2008, não existiam valores registados em imobilizado em curso.

17.

TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2008	2007
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO		
Dívida Pública	1.395.003	147.116
Diversos	144.275	393.524
	1.539.278	540.640
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL		
Títulos de participação	0	0
Fundos de investimento	0	286.420
	0	286.420
Provisões para aplicações de tesouraria	0	12
Valor Líquido	1.539.278	827.047

(em Euros)

32.

GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de Dezembro de 2008, a Sociedade tinha garantias prestadas no valor de 70.345 euros, maioritariamente relacionadas com processos judiciais em curso.

34.

MOVIMENTO DAS PROVISÕES

O movimento registado na conta Provisões para Aplicações de Tesouraria foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço	Anulação	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria (i)	12	0	12	0
Provisões para riscos e encargos	195.065	44.935 (ii)	169.655	70.345
	195.077			70.345

(em Euros)

(i) A provisão para riscos e encargos foi constituída para fazer face a eventuais contingências judiciais de carácter indemnizatório, tendo sido reforçada em 9.935 euros.

Decorrente do processo de implementação do “Plano de Continuidade de Negócio” foram apurados vários encargos, imputáveis tanto ao exercício de 2008 como a exercícios posteriores, que estão na origem do reforço de 35.000 euros, registado na rubrica de provisões para riscos e encargos.

35.

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é 1.000.000 euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, representado por duzentas mil acções com o valor nominal de cinco euros cada.

37.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO

O Banco de Portugal detém uma participação de 97,77% no capital, correspondente a 195.544 acções.

40.

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

Os aumentos ocorridos no exercício foram efectuados de acordo com a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2007, apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada em Assembleia Geral.

O movimento ocorrido no exercício foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	1.000.000			1.000.000
Reserva legal	107.737	5.636		113.373
Reservas livres	903.168	107.092		1.010.259
Resultado do Exercício	112.728	109.763	112.728	109.763
	2.123.633	222.491	112.728	2.233.396

(em Euros)

45.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	2008	2007	Proveitos e Ganhos	2008	2007
Juros suportados	77	55	Juros obtidos	58.966	56.023
Provisões para aplicações de tesouraria	0	12			
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	294	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	50.611	2.477
Outros custos e perdas financeiras	2.762	3.790			
Resultados financeiros	106.739	54.349			
Total	109.578	58.500	Total	109.578	58.500

(em Euros)

46.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	2008	2007	Proveitos e Ganhos	2008	2007
Perdas em imobilizações	0	0	Ganhos em imobilizações	0	1.815
Multas e penalidades	253	672	Benefícios de penalidades contratuais	0	0
Aumentos de amortizações e provisões	0	0	Reduções de amortizações e provisões	12	53
Correcções exercícios anteriores	5.851	5.185	Correcções exercícios anteriores	99	0
Outros custos e perdas extraordinários	8	25	Outros proveitos e ganhos extraordinários	42.482	4
Resultados extraordinários	36.482	-4.010			
Total	42.594	1.872	Total	42.594	1.872

(em Euros)

48.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**Depósitos bancários**

A composição desta rubrica é a seguinte:

	2008	2007
Depósitos à ordem	91.206	29.903
Depósitos a prazo	200.000	946.000
	291.206	975.903
(em Euros)		

Estado e Outros Entes Públicos**Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA**

O valor do IVA registado nas contas da sociedade Gestora está relacionado com a autoliquidação resultante de serviços prestados por uma entidade não residente.

Impostos sobre lucros - IRC

O montante dos impostos sobre os lucros é calculado com base no valor que se prevê vir a pagar, às taxas em vigor à data do Balanço, aparecendo reflectido na rubrica “Estado e outros entes públicos”.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal pode ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante quatro anos, podendo resultar dessa revisão eventuais correcções à matéria colectável e liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 2004 a 2008, inclusive. O Conselho de Administração admite que qualquer liquidação adicional não virá a ter impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Prestação de serviços

A prestação de serviços reporta-se exclusivamente à remuneração de gestão, cujo montante é estabelecido anualmente de acordo com o contrato de gestão celebrado entre o Banco de Portugal e a Sociedade Gestora.

Por deliberação do Conselho de Administração da Sociedade Gestora, a remuneração de gestão, em 2008, foi fixada em 3.489.279,0 euros.

—— Proveitos suplementares

Trata-se de proveitos resultantes da celebração de um contrato de subarrendamento, e ainda do ressarcimento de encargos adicionais incorridos pela Sociedade Gestora, relacionado com a requisição por uma entidade externa de um colaborador ao seu serviço.

—— Custos com pessoal

O valor desta rubrica inclui os custos de formação suportados directamente pela Sociedade e os encargos com os respectivos colaboradores, nomeadamente com os signatários de um acordo de cedência celebrado com o Banco de Portugal.

—— Acréscimos e Diferimentos

Nesta rubrica são registados pagamentos efectuados no exercício, relativos a custos do ano seguinte, nomeadamente, relativos a licenças de aplicações informáticas.

—— Contas de ordem

Nos termos do n.º 3.1 da Norma n.º 12/95-R de 6 de Julho, do Instituto de Seguros de Portugal, a relevação das contas do Fundo de Pensões do Banco de Portugal está desenvolvida na classe 0 - Contas extrapatrimoniais, nas seguintes contas principais:

- 01 - Fundo de Pensões do Banco de Portugal; e
- 02 - Gestão do Fundo de Pensões do Banco de Portugal.

Estas contas apresentam saldos simétricos, em 31 de Dezembro de 2008, de 1.161.307.823 euros.

Técnico de Contas

Paulo José Antunes Jorge

O Conselho de Administração

António Manuel Martins Pereira Marta
Vitor Manuel da Silva Rodrigues Pessoa
Helena Maria de Almeida Martins Adegas



Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 2.522.020 Euros e um total de capital próprio de 2.233.396 Euros, incluindo um resultado líquido de 109.763 Euros), as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e por Funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

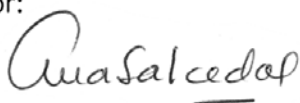
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 19 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Ana Salcedas'.

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto nos artigos nºs 420º e 421º do Código das Sociedades Comerciais e no cumprimento das funções de Fiscal Único da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S.A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, procedemos à fiscalização dos actos do Conselho de Administração da Sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da Sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transacções e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, Demonstração de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa e dos respectivos Anexos, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Do Conselho de Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos.

Nesta data, emitimos a Certificação Legal das Contas, sem reservas, que consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao que ficou dito na Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Aproveem o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2008 apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aproveem a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Lisboa, 19 de Março de 2009

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)





Fundo de Pensões do Banco de Portugal

**Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos
e Despesas**

**Notas à Situação Patrimonial e Demonstração
de Rendimentos e Despesas**

Certificação das Contas

Situação Patrimonial – F. P. B. P.

Aplicações do Fundo	Nota	2008	2007
Terrenos e Edifícios	4	70.331.254	70.658.614
Imóveis em Negociação	4	0	20.815.000
Títulos de Crédito	5	1.076.454.523	1.066.194.584
Numerário e Depósitos Bancários	6	8.801.374	31.364.861
Devedores e Credores Geral	7	-4.027.908	-15.811.058
Acréscimos e Diferimentos	8	9.748.581	10.053.078
		1.161.307.823	1.183.275.079
(Ver Notas Anexas)		(em Euros)	

Demonstração de Rendimentos e Despesas – F. P. B. P.

Acréscimos ao Valor do Fundo	Nota	2008	2007
Contribuições	10	44.000.681	22.677.305
Rendimentos	11	31.170.736	32.825.487
Mais-Valias	12	97.212.582	62.988.657
Outras Receitas		12.587	69.917
		172.396.586	118.561.366
		(em Euros)	

Valor do Fundo	Nota	2008	2007
Património inicial		4.987.979	4.987.979
Resultados e contribuições acumuladas			
Exercícios anteriores		1.178.287.100	1.203.562.056
Do exercício		-21.967.256	-25.274.956
	9	1.161.307.823	1.183.275.079
(Ver Notas Anexas)			(em Euros)

Decréscimos ao Valor do Fundo	Nota	2008	2007
Pensões vencidas	13	50.727.272	48.768.831
Comissões de mediação			
Impostos		1.670	3.834
Menos-Valias	12	142.951.884	93.009.294
Outras Despesas	14	683.016	2.054.363
		194.363.842	143.836.321
Resultados do exercício		-21.967.256	-25.274.956
			(em Euros)

Notas à Situação Patrimonial e Demonstração de Rendimentos e Despesas

1.

CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal (Fundo) foi constituído pelo Banco de Portugal, na qualidade de Associado Fundador, por escritura pública celebrada em 15 de Setembro de 1988 no 9º Cartório Notarial de Lisboa. A Sociedade Gestora outorgou o contrato constitutivo enquanto entidade gestora, qualidade que adquiriu pela celebração prévia com o Banco de Portugal de um contrato de gestão do Fundo.

O Fundo de Pensões é constituído por um património autónomo e exclusivamente afecto ao cumprimento das responsabilidades, assumidas pelo Banco de Portugal, relativas ao pagamento de benefícios de reforma, invalidez e sobrevivência, bem como aos encargos com contribuições pós reforma para o serviço de assistência médico-social (SAMS). É um fundo fechado e afecto à realização de um plano de benefícios definidos, posicionando-se ao nível do primeiro pilar de protecção social.

2.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS APRESENTADAS

As contas anexas foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos existentes na Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S. A..

Estas contas sumarizam as transacções e o património líquido do Fundo. Não consideram as responsabilidades referentes a pensões ou outros benefícios a pagar no futuro. A posição actuarial do Fundo, contemplando tais responsabilidades, é expressa no relatório actuarial. A leitura destas demonstrações financeiras deve ser efectuada em conjunto com o referido relatório (ver Nota 15).

3.

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

a) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com as normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

As contas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adopção do princípio do valor actual relativamente aos investimentos em terrenos, edifícios e títulos de crédito) e na base da continuidade das operações, em conformidade com os conceitos contabilísticos fundamentais da consistência, prudência e especialização dos exercícios.

b) Terrenos e Edifícios

Os terrenos e edifícios são contabilizados inicialmente ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra, sendo esse valor posteriormente actualizado por avaliações efectuadas por entidades independentes, de acordo com o disposto na Norma n.º 9/2007, de 28 de Junho, do Instituto de Seguros de Portugal.

As mais e menos-valias não realizadas, decorrentes da actualização do valor dos imóveis, são reflectidas na Demonstração de Rendimentos e Despesas, no exercício em que a avaliação é efectuada.

c) Títulos de Crédito

Os investimentos financeiros em carteira à data de 31 de Dezembro de 2008 encontram-se valorizados ao justo valor, em conformidade com a Norma n.º 9/2007, de 28 de Junho, do Instituto de Seguros de Portugal. No cumprimento da referida Norma, para os títulos cotados cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização, é utilizada, para efeitos de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de activo financeiro em causa.

Nos termos da legislação aplicável, a valorização da carteira de títulos cotados, que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados, e que sejam maioritariamente transaccionados em operações fora de bolsa, é efectuada através do recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

A diferença entre o justo valor dos títulos e o respectivo custo de aquisição é registada nas rubricas Mais e Menos-Valias, consoante o caso, da Demonstração de Rendimentos e Despesas. A diferença entre o produto da venda dos títulos e o valor pelo qual se encontra contabilizado é, também, registada nas mesmas rubricas.

d) Contribuições

As contribuições para o Fundo, efectuadas pelo Banco de Portugal, são registadas, quando efectivamente recebidas, na rubrica Contribuições da Demonstração de Rendimentos e Despesas (ver Nota 10).

e) Rendimentos

Os rendimentos respeitantes a rendas de imóveis e rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, excepto no caso de dividendos, que apenas são reconhecidos quando recebidos.

f) Pensões

As pensões são pagas aos beneficiários através do Banco de Portugal, que é posteriormente ressarcido pelo Fundo, numa base mensal, do valor global despendido (ver Nota 13).

g) Comissões

As comissões são contabilizadas na respectiva rubrica da Demonstração de Rendimentos e Despesas no período a que se referem, independentemente da data do seu pagamento.

As comissões ainda não liquidadas são registadas por contrapartida da rubrica de Acréscimos de Custos e as comissões pagas antecipadamente em relação ao período a que se referem são registadas na rubrica de Custos Diferidos (ver Nota 8 a)).

h) Produtos derivados

Os contratos de “*forward*” cambiais, realizados com a finalidade de cobertura do risco cambial associado à carteira de títulos, são reavaliados às taxas de câmbio correspondentes ao prazo remanescente, implícitas nas cotações cambiais *forward* divulgadas pelos sistemas de informação financeira internacionalmente reconhecidos, sendo utilizado o valor médio das ofertas de compra e venda divulgadas à data da reavaliação. As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas representam o proveito ou o custo das reavaliações, sendo registadas numa conta de acréscimos ou decréscimos ao valor do fundo, respectivamente, nomeadamente na rubrica de Menos ou Mais-Valias, por contrapartida da conta Acréscimos e Diferimentos.

i) Regime fiscal aplicável

Os Fundos de Pensões estão isentos de pagamento de IRC e de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), de acordo com o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

4.

TERRENOS E EDIFÍCIOS

	2008			2007	
	Data da última Avaliação	Valor de Investimento	Ajustamentos	Valor de Balanço	Valor de Balanço
Avenida da República	2008	8.055.047	10.117.593	18.172.640	18.500.000
Avenida da Liberdade - Edifício Libersil	2006	10.045.180	4.354.820	14.400.000	14.400.000
Avenida de Berna - Espaço Berna	2006	12.796.688	1.123.312	13.920.000	13.920.000
Edifício Y	2006	4.537.154	1.062.846	5.600.000	5.600.000
Edifício Castilho	2007	18.245.203	-6.589	18.238.614	18.238.614
		53.679.272	16.651.982	70.331.254	70.658.614

(em Euros)

O valor de investimento inclui o preço base, encargos legais e outras despesas. O valor dos ajustamentos corresponde às valias potenciais apuradas no exercício de 2008, no valor de 327.360 euros, e de exercícios anteriores (mais-valia de 16.979.342 euros).

As avaliações devem ocorrer todos os três anos, ou antes de decorrido este prazo, quando se verificarem desajustamentos materialmente relevantes entre o valor líquido de balanço do imóvel e o seu valor de mercado.

Em 2008, foram apuradas as seguintes valias potenciais:

Edifício	Valias Potenciais
Avenida da República	-327.360
Total	-327.360
(em Euros)	

5.

TÍTULOS DE CRÉDITO

	2008		2007	
	Valor de Aquisição	Ajustamentos	Valor de Mercado	Valor de Mercado
TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL				
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	103.513.614	14.153.615	117.667.229	163.165.059
TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO - OBRIGAÇÕES				
De Dívida Pública	1.024.640.310	-71.137.033	953.503.276	892.331.696
De Outros Emissores Supranacionais	4.997.357	286.660	5.284.017	4.980.794
De Outros Emissores	0	0	0	5.717.035
	1.133.151.281	-56.696.758	1.076.454.523	1.066.194.584
(em Euros)				

O valor dos ajustamentos corresponde às mais ou menos-valias potenciais apuradas pela diferença entre o valor de mercado e o valor de aquisição histórico. No exercício de 2008, o valor líquido das mais e menos-valias potenciais registadas na Demonstração de Rendimentos e Despesas ascendeu a um valor de (26.960.987 euros) ver Nota 12 (i). O restante valor de 29.735.771 euros é relativo a exercícios anteriores.

6.

NUMERÁRIO E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Numerário	719	719
Depósitos à ordem	600.655	1.464.142
Depósitos a prazo	8.200.000	29.900.000
	8.801.374	31.364.861

(em Euros)

7.

DEVEDORES E CREDORES GERAIS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
ACTIVOS CORRENTES		
Impostos (a)	450	450
Arrendatários	126.584	120.895
Produtos Derivados (c)	0	3.094.098
Outros	693	693
	127.727	3.216.136
PASSIVOS CORRENTES		
Corretores e Intermediários Financeiros	0	31.647
Impostos (a)	46.409	346.697
Credores – Edifícios (b)	148.726	18.534.938
Outros	116.666	113.912
Produtos Derivados (c)	3.843.835	0
	4.155.635	19.027.194
Valor líquido	-4.027.908	-15.811.058

(em Euros)

(a) Impostos - IVA

Esta rubrica englobava essencialmente o IVA suportado nas obras de reconversão do edifício Libersil, a reportar para períodos seguintes.

(b) Credores-Edifícios

Em 2007 esta rubrica incluía os valores relativos à transacção de um imóvel, cuja escritura ocorreu no início de 2008.

(c) Produtos Derivados

A política de utilização de derivados baseou-se exclusivamente na utilização de contratos de “*forward*” cambiais, para cobertura do risco cambial do investimento realizado em Exchange Traded Funds denominados em quatro divisas distintas: libras esterlinas, dólares norte-americanos, ienes japoneses e francos suíços. Dado que a 31 de Dezembro de 2008 não existiam activos subjacentes, a posição de *forwards* cambiais registada a essa data, corresponde apenas a contratos vincendos, com valor líquido pouco expressivo.

8.**ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Juros a Receber		
De títulos de crédito	9.740.865	9.990.444
De depósitos a prazo	17.095	62.305
Outros acréscimos e diferimentos		
Acréscimos de custos – a)	-9.708	
Outros	329	329
	9.748.581	10.053.078

(em Euros)

9.**VALOR DO FUNDO**

As variações no valor do Fundo apresentam-se como segue:

	2007	2008
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO	1.183.275.079	
Acréscimos por contribuições (Nota 10)		
Contribuições do associado		21.841.142
Contribuições dos participantes		2.159.539
Contribuição extraordinária		20.000.000
		44.000.681
Decréscimos por pensões vencidas e reembolsos (Nota 13)		50.728.942
Resultado financeiro		-15.238.995
		-21.967.256
VALOR DO FUNDO EM 31 DE DEZEMBRO (A)		1.161.307.823
Por memória:		
RESPONSABILIDADES POR SERVIÇOS PASSADOS (B)	1.175.298.862	1.159.582.431
Excedente face às responsabilidades (A-B)		1.725.392

(em Euros)

10. CONTRIBUIÇÕES

As contribuições correntes, para além da componente relativa ao associado, incluem também as contribuições efectuadas pelos colaboradores do Banco de Portugal, nas condições definidas pelos respectivos planos.

11. RENDIMENTOS

Esta rubrica representa os rendimentos obtidos, com a seguinte natureza:

	2008	2007
Terrenos e edifícios	4.290.596	6.905.292
Títulos de crédito		
Fundos de Investimento Imobiliário e Mobiliário	2.063.669	2.937.395
Obrigações		
de Dívida Pública	23.998.589	22.371.928
de outros emissores públicos	231.700	66.241
de outros emissores	98.739	129.016
	26.392.697	25.504.580
Depósitos à ordem	58.645	53.861
Depósitos a prazo	428.798	361.754
	487.444	415.615
	31.170.736	32.825.487

(em Euros)

12.

MAIS E MENOS-VALIAS

As mais e menos-valias registadas no exercício desdobram-se como segue:

	2008	2007
MAIS E MENOS-VALIAS POTÊNCIAIS		
Terrenos e edifícios		
Mais-valias	0	7.785.546
Menos-valias	327.360	1.580.184
	-327.360	6.205.362
Títulos de crédito		
Mais-valias	60.595.963	6.549.350
Menos-valias	87.556.950	46.162.710
	-26.960.987	-39.613.360
Outros		
Mais-valias	6.693	1.140
Menos-valias	4.706	5.512
	1.987	-4.372
MAIS E MENOS-VALIAS REALIZADAS		
Terrenos e edifícios		
Mais-valias	0	4.204.900
Menos-valias	0	0
	0	4.204.900
Títulos de crédito		
Mais-valias	15.397.505	1.057.603
Menos-valias	31.607.694	6.545.217
	-16.210.188	-5.487.614
Derivados		
Mais-valias	17.644.048	42.723.577
Menos-valias	20.503.933	38.150.801
	-2.859.885	4.572.776
Outros		
Mais-valias	3.568.373	666.541
Menos-valias	2.951.241	564.870
	617.132	101.671
Total das Mais-Valias	97.212.582	62.988.657
Total das Menos-Valias	142.951.884	93.009.294
Valor Líquido	-45.739.302	-30.020.637

(em Euros)

13.

PENSÕES E CAPITALS VENCIDOS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Pensões pagas	46.060.289	44.270.135
Capitais vencidos	1.327.608	669.274
Encargos inerentes ao pagamento de pensões	2.883.700	2.910.124
Subsídio de morte	266.647	313.026
Sub-Total	50.538.244	48.162.560
Reembolsos	141.280	515.861
Transferência de direitos	47.749	90.410
Total	50.727.272	48.768.831

(em Euros)

14.

OUTRAS DESPESAS

Esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
Financeiras - a)	123.758	125.666
Edifícios - b)	491.507	1.620.005
Despesas extraordinárias	67.750	308.691
Outras despesas	0	1
	683.016	2.054.363

(em Euros)

a) Despesas Financeiras

Esta rubrica engloba as despesas suportadas pelo Fundo de Pensões, relativas ao serviço de custódia global dos activos financeiros.

b) Despesas com edifícios

Esta rubrica engloba os custos normais com a gestão e manutenção dos imóveis.

15.

INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO ACTUARIAL

A Sociedade Gestora publica, como parte integrante do seu relatório de prestação de contas, os resultados actuariais do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, reportados a 31 de Dezembro de 2008.

16.

RESPONSABILIDADES FISCAIS

O Banco de Portugal assume as responsabilidades fiscais, ao abrigo do contrato de representação celebrado com a Sociedade Gestora em 17 de Outubro de 2006, onde se estabelece que compete ao primeiro:

- a) pagar por conta e ordem da Sociedade Gestora as pensões de reforma e de sobrevivência aos respectivos beneficiários;
- b) reter na fonte as contribuições e impostos devidos, para posterior entrega às entidades competentes;
- c) liquidar por encontro de contas com as quantias pagas, ao abrigo da alínea a), as contribuições devidas ao Fundo de Pensões respeitantes aos seus trabalhadores.

O Banco de Portugal tem executado e continuará a executar o referido contrato, enquanto o mesmo se mantiver em vigor, e no âmbito desse contrato assumirá todas as responsabilidades inerentes.



Certificação das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões do Banco de Portugal (Fundo), as quais compreendem a Situação Patrimonial em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de aplicações de € 1.161.307.823 e um valor do fundo no mesmo montante, incluindo um resultado do exercício negativo de € 21.967.256 e a Demonstração de rendimentos e despesas do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, utilizadas na sua preparação;

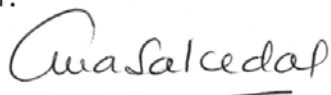
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Fundo de Pensões do Banco de Portugal em 31 de Dezembro de 2008 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e de harmonia com as Normas emanadas pelo Instituto de Seguros de Portugal para o sector dos Fundos de Pensões.

Lisboa, 19 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)

Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, S. A., pessoa colectiva n.º 502029676, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 69134, com sede na Rua do Comércio n.º 148 em Lisboa e com o Capital Social de 1.000.000 de euros.

Depósito Legal n.º 102.183/96

Capa: “Cena do Mercado”, pastel sobre papel de Sousa Pinto, da colecção do Banco de Portugal.

Impressão e acabamento: Ligrate, Lda.

Junho de 2009

